


ASSÉDIO ACADÊMICO COMO VIOLÊNCIA ESTRUTURAL
ACADEMIC HARASSMENT AS STRUCTURAL VIOLENCE
EL ACOSO ACADÊMICO COMO VIOLENCIA ESTRUCTURAL

 <https://doi.org/10.56238/arev8n5-117>

Data de submissão: 24/04/2026

Data de publicação: 24/05/2026

Isabella Tavares Sozza Moraes

Doutoranda em Letras - Língua, Literatura e Cultura Italianas

Instituição: Universidade de São Paulo

E-mail: Isabellasozza@alumni.usp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8115-0745>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7248470359703353>

Maria Cecilia Casini

Livre-Docente em Letras - Língua, Literatura e Cultura Italianas

Instituição: Universidade de São Paulo

E-mail: Casini@usp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5264-2046>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0940160291291323>

RESUMO

O assédio acadêmico constitui uma forma de violência institucional associada a relações assimétricas de poder no ambiente universitário. Este estudo qualitativo, baseado em revisão sistemática da literatura e entrevistas semiestruturadas com 32 discentes de três universidades federais, analisou manifestações de assédio nas relações docente-discente e seus possíveis impactos na trajetória acadêmica. Os resultados indicam predominância de relatos relacionados ao assédio moral em contextos hierárquicos, bem como associação entre experiências de assédio e prejuízos à saúde mental, incluindo descontinuidade ou abandono do percurso acadêmico. Conclui-se pela necessidade de fortalecimento de protocolos institucionais de prevenção, acolhimento e enfrentamento, articulados a políticas de saúde mental e mecanismos de proteção no âmbito universitário.

Palavras-chave: Assédio Acadêmico. Saúde Mental. Educação Superior.

ABSTRACT

Academic harassment constitutes a form of institutional violence associated with asymmetrical power relations within the university environment. This qualitative study, based on a systematic literature review and semi-structured interviews with 32 students from three federal universities, examined manifestations of harassment in faculty–student relationships and their potential impacts on academic trajectories. The findings indicate a predominance of reports related to moral harassment in hierarchical contexts, as well as an association between experiences of harassment and adverse mental health outcomes, including discontinuity or abandonment of academic pathways. The study concludes that there is a need to strengthen institutional protocols for prevention, support, and response, integrated with mental health policies and protective mechanisms in higher education settings.

Keywords: Academic Harassment. Institutional Violence. Higher Education.

RESUMEN

El acoso académico constituye una forma de violencia institucional asociada a relaciones asimétricas de poder dentro del entorno universitario. Este estudio cualitativo, basado en una revisión sistemática de la literatura y entrevistas semiestructuradas con 32 estudiantes de tres universidades federales, analizó las manifestaciones del acoso en las relaciones entre docentes y estudiantes, así como sus posibles impactos en las trayectorias académicas. Los resultados indican una predominancia de relatos vinculados al acoso moral en contextos jerárquicos, además de una asociación entre las experiencias de acoso y efectos perjudiciales sobre la salud mental, incluyendo la interrupción o el abandono del recorrido académico. Se concluye que es necesario fortalecer los protocolos institucionales de prevención, apoyo y respuesta, articulados con políticas de salud mental y mecanismos de protección en el ámbito de la educación superior.

Palabras clave: Acoso Académico. Salud Mental. Educación Superior.

1 INTRODUÇÃO

O assédio acadêmico constitui um fenômeno multidimensional que compromete a integridade física e psicológica dos sujeitos envolvidos no ambiente educacional, manifestando-se por meio de relações assimétricas de poder no contexto universitário. Segundo dados do IBGE (2023), 29% dos discentes brasileiros relatam experiências de coerção pedagógica, com índices preocupantes de subnotificação entre populações vulneráveis. A persistência dessas práticas associa-se a culturas institucionais que podem naturalizar formas de violência simbólica, em consonância com as análises de Pierre Bourdieu (1998) sobre os campos educacionais.

O problema central desta pesquisa consiste em investigar como o assédio acadêmico se manifesta nas universidades públicas brasileiras e quais estratégias institucionais podem contribuir efetivamente para seu enfrentamento. Parte-se da hipótese de que a lógica produtivista presente no meio acadêmico, associada à fragilidade dos mecanismos de denúncia, favorece a intensificação dessas práticas, demandando políticas institucionais fundamentadas em evidências.

Os objetivos estruturam-se na análise das manifestações do assédio acadêmico e na proposição de estratégias de enfrentamento, com enfoque específico nas formas predominantes de ocorrência, nos impactos psicossociais decorrentes e no mapeamento de políticas institucionais existentes. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, mediante revisão sistemática da literatura em bases como SciELO e CAPES, análise documental de normativas institucionais e entrevistas com discentes, utilizando a análise de conteúdo conforme proposta por Laurence Bardin (2011).

O artigo organiza-se em três eixos principais: fundamentação teórica acerca da violência simbólica; análise empírica dos dados coletados; discussão crítica articulando resultados, políticas públicas e mecanismos institucionais de prevenção; além da apresentação de propostas concretas para protocolos institucionais de enfrentamento. A relevância científica do estudo reside na contribuição para o debate sobre o assédio em instituições públicas de ensino superior, oferecendo subsídios para o aprimoramento de políticas institucionais de proteção, acolhimento e prevenção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de violência simbólica, desenvolvido por Pierre Bourdieu (1998, p. 72), oferece uma chave interpretativa para compreender as raízes do assédio acadêmico. O autor demonstra como relações hierárquicas podem naturalizar formas de coerção por meio da imposição dissimulada de valores dominantes. No espaço universitário, esse mecanismo transforma práticas abusivas em supostas exigências pedagógicas, nas quais docentes instrumentalizam seu capital cultural — títulos, redes de influência e autoridade institucional — para legitimar demandas desumanizadoras. A

internalização dessas estruturas pelos sujeitos subordinados contribui para a perpetuação de ciclos de silenciamento, uma vez que vítimas frequentemente interpretam situações de exploração como parte do processo de formação acadêmica.

Essa dinâmica adquire contornos específicos na tipologia proposta por Marie-France Hirigoyen (2022, p. 114), que identifica modalidades interligadas de assédio. O assédio moral manifesta-se por meio de humilhações públicas em bancas examinadoras, sabotagem de projetos ou desqualificação sistemática de produções intelectuais, frequentemente justificadas sob o rótulo de “rigor científico”. O assédio sexual ocorre mediante chantagens afetivas ou pressões por favores íntimos em troca de vantagens acadêmicas, reforçando hierarquias de gênero. Por fim, o assédio institucional pode manifestar-se através da perseguição política, do cerceamento de pesquisas críticas ou da obstrução de trajetórias acadêmicas. No contexto brasileiro, essas formas de violência frequentemente se expressam em relações hierárquicas docente-discente, reproduzindo padrões de abuso de autoridade.

A perspectiva interseccional evidencia como marcadores sociais ampliam situações de vulnerabilidade. Dados mencionados por ANIS (2023, p. 45) indicam maior incidência de assédio sexual entre mulheres negras, evidenciando a interação entre racismo e sexismo na produção de desigualdades. Conforme argumenta Patricia Hill Collins (2019, p. 103), estruturas institucionais podem reproduzir matrizes históricas de exclusão que tornam corpos racializados mais suscetíveis a mecanismos de controle e violência. Essa realidade relaciona-se também à baixa representatividade de mulheres negras em espaços acadêmicos de maior prestígio, limitando redes de apoio e reforçando processos de isolamento institucional.

A cultura acadêmica orientada pela lógica do *publish or perish* tende a intensificar tais dinâmicas ao converter relações pedagógicas em relações fortemente mediadas pela produtividade. Conforme argumenta Freitas (2019, p. 91), a produtividade acadêmica pode transformar-se em parâmetro que relativiza limites éticos em nome do desempenho institucional. Nesse contexto, orientadores pressionam discentes para maximizar resultados quantitativos, enquanto modelos de avaliação intensificam a valorização de métricas. Como observa Sguissardi (2018, p. 77), tais mecanismos podem favorecer ambientes nos quais jornadas exaustivas e práticas de assédio moral passam a ser interpretadas como demonstrações de comprometimento científico.

Diante desse cenário, a Teoria do Reconhecimento, desenvolvida por Axel Honneth (2015), contribui para compreender os danos psicossociais decorrentes do assédio. O autor identifica esferas de violação relacionadas ao reconhecimento jurídico, afetivo e social do indivíduo. Essa abordagem auxilia na compreensão de como experiências recorrentes de deslegitimação podem contribuir para

quadros de ansiedade, sofrimento psíquico e abandono da trajetória acadêmica, uma vez que o assédio compromete elementos centrais da identidade do sujeito no ambiente universitário.

A colonialidade do saber, conceito formulado por Aníbal Quijano (2000, p. 243), revela outra dimensão do problema. Quando determinadas epistemologias são sistematicamente marginalizadas em processos de avaliação acadêmica, observa-se a reprodução de formas de violência epistêmica que silenciam perspectivas dissidentes. Nesse contexto, hierarquias institucionais podem atuar na manutenção de cânones hegemônicos e na restrição da pluralidade do conhecimento científico.

Sob perspectiva psicanalítica, inspirada na obra de Sigmund Freud, o assédio acadêmico pode ser interpretado como expressão de dinâmicas inconscientes relacionadas ao poder e à repetição de experiências traumáticas. Relações pedagógicas tornam-se, por vezes, espaços de reprodução simbólica de violências anteriormente vivenciadas. Assim, determinadas práticas abusivas podem refletir processos de repetição de experiências formativas marcadas por humilhação ou autoritarismo.

Estudos empíricos sugerem que parte dos indivíduos que reproduzem comportamentos assediadores também relata experiências anteriores de violência institucional. Tal dinâmica aproxima-se do conceito de identificação com o agressor, desenvolvido por Anna Freud (1974), segundo o qual sujeitos internalizam mecanismos de dominação como forma de defesa psíquica. Na prática, observa-se a reprodução de discursos que naturalizam o sofrimento como condição necessária para a formação acadêmica.

A metapsicologia freudiana permite ainda compreender como estruturas hierárquicas universitárias favorecem relações de dependência simbólica. A figura do orientador, investida de autoridade intelectual, pode mobilizar mecanismos de submissão e medo da ruptura, dificultando denúncias e prolongando vínculos abusivos.

Clinicamente, processos contínuos de desqualificação podem produzir impactos duradouros sobre a autoimagem intelectual dos discentes. Conforme argumenta Heinz Kohut (1978), o reconhecimento desempenha papel central na constituição do *self*. A ausência desse reconhecimento pode desencadear sentimentos persistentes de impotência, insegurança e sofrimento psíquico.

No campo jurídico, instrumentos normativos recentes ampliaram o debate sobre prevenção ao assédio em ambientes institucionais. Entretanto, sua efetividade depende da existência de mecanismos independentes de denúncia, investigação e responsabilização. Experiências internacionais apontam que estruturas autônomas tendem a favorecer maior confiança institucional e redução da impunidade.

Por fim, a teoria da resistência cotidiana de James C. Scott (2013, p. 33) evidencia estratégias informais de enfrentamento. Coletivos estudantis, redes de apoio e iniciativas autônomas de

preservação do conhecimento demonstram que transformações institucionais dependem não apenas de reformas normativas, mas também de práticas coletivas capazes de redefinir relações de poder no espaço acadêmico.

3 METODOLOGIA

Adotou-se uma abordagem qualitativa de caráter interpretativo, combinando diferentes técnicas de investigação com o objetivo de ampliar a consistência analítica dos resultados. Inicialmente, realizou-se revisão sistemática da literatura nas bases SciELO, PubMed e CAPES, abrangendo o período de 2018 a 2023, utilizando descritores controlados como “assédio acadêmico” e “ensino superior”, definidos a partir de critérios prévios de inclusão e exclusão.

Paralelamente, foram analisados documentos normativos de dez universidades federais brasileiras, selecionadas segundo critérios de representatividade regional, visando identificar mecanismos institucionais relacionados à prevenção, enfrentamento e regulamentação do assédio no ambiente universitário.

A coleta de dados primários envolveu entrevistas semiestruturadas com 32 discentes de graduação e pós-graduação, recrutados por meio de amostragem intencional, considerando diversidade de gênero, raça/etnia e áreas de conhecimento. A triangulação entre revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas buscou ampliar a compreensão do fenômeno investigado, permitindo confrontar evidências provenientes de diferentes fontes e fortalecer a interpretação dos resultados obtidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desta pesquisa indicam que o assédio acadêmico nas universidades públicas brasileiras pode operar como um fenômeno estrutural, no qual práticas abusivas tendem a ser naturalizadas por relações hierárquicas institucionais. A predominância de relatos associados ao assédio moral — manifestado por meio de humilhações públicas durante apresentações acadêmicas, retenção estratégica de orientações e cobranças excessivas de produtividade — evidencia como mecanismos de poder podem ser instrumentalizados para controle e subordinação no ambiente universitário.

O depoimento de dois dos participantes ilustra essa dinâmica: “Meu orientador exigia trabalhos aos feriados, dizendo que cientista não tem horário” (P23) ou mesmo “minha orientadora diz que todos os dias eu devo publicar artigos, independentemente de qualquer coisa, e me pede constantemente para fazer trabalhos administrativos por eu ser bolsista (P1)”. Tal relato sintetiza a

transformação da exploração em suposta virtude acadêmica, corroborando as análises de Pierre Bourdieu (1998) acerca da violência simbólica como mecanismo de legitimação de relações de dominação.

A relação entre experiências de assédio e impactos sobre a saúde mental emerge como um dos principais achados do estudo. Entre os participantes, observou-se elevada incidência de sofrimento psíquico, incluindo relatos de ansiedade, síndrome do pânico e episódios depressivos. Além disso, parcela significativa dos entrevistados declarou considerar a interrupção ou abandono da trajetória acadêmica, sugerindo possíveis impactos sobre permanência estudantil e desenvolvimento científico.

Esse cenário é agravado pela fragilidade dos mecanismos institucionais de acolhimento e denúncia. A análise documental das normativas universitárias identificou baixa presença de protocolos específicos que assegurem sigilo, proteção às vítimas e responsabilização efetiva, revelando limitações estruturais no enfrentamento do problema.

Aprofundando a análise, observa-se que transformações recentes no ensino superior — associadas à intensificação da competitividade acadêmica, pressões por produtividade e restrições orçamentárias — podem contribuir para ambientes institucionais mais suscetíveis à reprodução de práticas abusivas. Nesse contexto, exigências por desempenho são frequentemente transmitidas verticalmente, favorecendo ciclos de reprodução da violência institucional.

A dimensão interseccional do fenômeno evidencia desigualdades adicionais. Os dados analisados sugerem maior vulnerabilidade de grupos historicamente marginalizados, especialmente mulheres negras, indicando que marcadores de raça e gênero podem intensificar experiências de assédio e dificultar mecanismos de proteção institucional.

Diante dessa realidade, experiências internacionais oferecem referências relevantes para formulação de políticas preventivas. Modelos baseados em comitês independentes de apuração e acompanhamento, conforme discutido por León et al. (2021), apontam potencial para ampliar transparência, reduzir conflitos de interesse e fortalecer mecanismos de responsabilização. Com base nos resultados obtidos, propõe-se a implementação de protocolos institucionais compostos por três eixos centrais: prevenção, acolhimento e responsabilização; a partir de:

- criação de comitês independentes com representação discente, docente e técnico-administrativa;
- desenvolvimento de canais seguros e confidenciais para denúncias;
- ampliação do suporte psicossocial às vítimas;
- estabelecimento de procedimentos claros de investigação e acompanhamento;

- implementação de formações periódicas sobre ética acadêmica, relações de poder e prevenção à violência institucional.

No campo preventivo, sugere-se a incorporação de conteúdos relacionados à ética acadêmica e convivência institucional em processos formativos, buscando ampliar o reconhecimento de práticas abusivas frequentemente naturalizadas no cotidiano universitário. Quanto à reparação de danos, políticas integradas envolvendo apoio psicológico, acompanhamento jurídico e medidas institucionais restaurativas podem contribuir para redução de impactos individuais e fortalecimento da confiança nos mecanismos de denúncia. A efetividade dessas propostas, contudo, depende de recursos institucionais, autonomia administrativa e compromisso político com a transformação da cultura universitária. Protocolos formais tendem a apresentar eficácia limitada quando não acompanhados por mudanças estruturais nas relações de poder presentes no ambiente acadêmico.

Assim, como reflexão final, a pós-graduação, em sua finalidade original, deveria constituir espaço de formação intelectual fundamentado no rigor científico, no diálogo crítico e na produção compartilhada do conhecimento. Entretanto, em diversos contextos, observa-se a consolidação de ambientes marcados pela hipercompetitividade, pelo isolamento e pela naturalização do sofrimento como requisito de excelência acadêmica.

Há uma contradição significativa no fato de que instituições dedicadas à produção de conhecimento frequentemente reproduzam relações empobrecidas de reconhecimento e cuidado. Conforme argumenta Paulo Freire (1996), não há educação autêntica sem diálogo; e o diálogo pressupõe reconhecimento mútuo entre sujeitos.

Nesse sentido, a relação de orientação ultrapassa funções administrativas ou produtivistas. A mentoria acadêmica constitui prática ética que envolve formação intelectual e reconhecimento humano. Relações pedagógicas pautadas exclusivamente por métricas de produtividade tendem a fragilizar vínculos, ampliar sofrimento e reduzir o potencial criativo do trabalho científico.

A crescente competitividade transforma, muitas vezes, comunidades acadêmicas em espaços de rivalidade permanente. Em oposição a essa lógica, experiências históricas de produção do conhecimento demonstram que pensamento crítico floresce em contextos de colaboração, pertencimento e debate coletivo. Outra dimensão frequentemente negligenciada refere-se à corporeidade do pesquisador.

A valorização de jornadas excessivas e do esgotamento como sinais de comprometimento reforça uma dissociação entre produção intelectual e bem-estar humano. Como sugere Maurice Merleau-Ponty (1945), toda experiência cognitiva emerge de sujeitos situados corporalmente no

mundo; portanto, condições materiais e emocionais influenciam diretamente os processos de pensamento.

A transformação do ambiente acadêmico exige mais do que protocolos formais. Requer revisão crítica dos modelos de excelência vigentes, fortalecimento de relações solidárias e reconstrução de culturas institucionais orientadas pelo respeito, reconhecimento e dignidade humana. O enfrentamento do assédio acadêmico não diz respeito apenas à redução de violências, mas também à redefinição do próprio sentido da formação universitária.

5 CONCLUSÃO

Este estudo evidenciou que o assédio acadêmico em universidades públicas brasileiras pode configurar uma forma de violência estrutural, sustentada por relações hierárquicas rígidas e por culturas institucionais que tendem a naturalizar práticas abusivas sob discursos de excelência e produtividade acadêmica. Os dados analisados corroboram a hipótese inicial da pesquisa ao indicar que a lógica produtivista presente em determinados contextos acadêmicos pode intensificar relações desiguais de poder, favorecendo situações de coerção e sofrimento no ambiente universitário. Os resultados também sugerem impactos significativos sobre a saúde mental dos discentes, com possíveis repercussões na permanência estudantil, no desempenho acadêmico e na continuidade das trajetórias formativas.

As recomendações propostas emergem como respostas institucionais relevantes diante desse cenário. Em primeiro lugar, destaca-se a necessidade de mecanismos independentes de acolhimento, denúncia e responsabilização, capazes de ampliar a confiança das vítimas nos processos institucionais e reduzir conflitos de interesse na apuração dos casos. Experiências internacionais indicam que estruturas autônomas podem contribuir para maior efetividade na prevenção e enfrentamento do assédio em ambientes universitários.

Paralelamente, a incorporação de conteúdos relacionados à ética acadêmica, relações de poder e prevenção à violência institucional nos diferentes níveis de formação pode favorecer o reconhecimento precoce de práticas abusivas frequentemente naturalizadas no cotidiano universitário. Ademais, a articulação entre instituições de ensino e serviços especializados em saúde mental mostra-se essencial para assegurar acolhimento qualificado às vítimas, preservando sigilo, proteção e acompanhamento adequado.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se a restrição amostral a discentes de três universidades federais, o que limita a possibilidade de generalização dos resultados para outros contextos institucionais, incluindo instituições privadas ou redes de ensino técnico. Igualmente, a

ausência de perspectivas docentes e técnico-administrativas restringe uma compreensão mais abrangente das múltiplas dinâmicas que atravessam o fenômeno investigado.

Nesse sentido, pesquisas futuras poderão ampliar o escopo metodológico mediante abordagens mistas, amostras mais representativas e análises comparativas entre diferentes modelos institucionais. Também se mostra relevante investigar o papel dos mecanismos internos de governança universitária, bem como os efeitos de políticas de inclusão e permanência sobre a redução de vulnerabilidades relacionadas ao assédio acadêmico.

Conclui-se que o enfrentamento do assédio acadêmico demanda mais do que medidas pontuais ou exclusivamente normativas. Trata-se de um desafio que exige transformações culturais e institucionais capazes de questionar práticas historicamente legitimadas, fortalecer mecanismos de proteção e promover relações acadêmicas fundamentadas no respeito, no reconhecimento e na dignidade humana. Nesse contexto, a universidade é chamada a reafirmar seu compromisso não apenas com a produção do conhecimento, mas também com a construção de ambientes formativos ética e socialmente responsáveis.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ANIS – Instituto de Bioética. Violência contra mulheres no ambiente universitário: estudos e relatórios institucionais. Brasília: ANIS, documentos consultados.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREUD, Anna. O ego e os mecanismos de defesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. São Paulo: Penguin Companhia, 2011.

GREEN, André. Narcisismo de vida, narcisismo de morte. São Paulo: Escuta, 1988.

HIRIGOYEN, Marie-France. Assédio moral: a violência perversa no cotidiano. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). Rio de Janeiro: IBGE, edição consultada.

KOHUT, Heinz. A restauração do self. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 621–626, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

SCOTT, James C. Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance. New Haven: Yale University Press, 1985.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente. São Paulo: Cortez, 2009.